

As guerras injustas na *Politique* de Bossuet

Maria Izabel B. Morais Oliveira*

Diante da ameaça que as críticas externas e internas à política expansionista de Luís XIV representavam ao absolutismo francês, por meio do livro nono da *Politique*, concebido em 1701, Bossuet (1627-1704) lança mão de todos os seus recursos literários para mostrar ao monarca as desvantagens das guerras de conquista, ao mesmo tempo em que lhe apresenta a imagem de um príncipe moderado e pacífico, como o modelo ideal a ser seguido pelos príncipes cristãos. Era esta a fórmula que Bossuet entendia ser indispensável à conservação da monarquia absolutista na França, cuja preservação lhe parecia natural.

No livro nono da *Politique*, Bossuet dedica o artigo II para tratar dos “injustos motivos da guerra”. A fim de sustentar os seus argumentos com maior plausibilidade, recorre ele à Sagrada Escritura, particularmente ao Antigo Testamento. Bossuet afirma que o primeiro motivo injusto da guerra são as “conquistas ambiciosas”. Ele busca no Livro do Gênesis a origem dos príncipes ambiciosos que fazem a guerra movidos pelo desejo de conquista, invadindo os países vizinhos somente pelo amor ao poder.¹

Ainda ancorado no Livro do Gênesis, a *Águia de Meaux*, para recordar o epíteto prestigioso que a tradição literária francesa lhe atribuiu, empreende uma severa crítica aos príncipes que amam a guerra, empreendendo-a apenas para satisfazer suas ambições. De acordo com Bossuet, tais príncipes são odiáveis aos olhos de Deus e, portanto, declarados seus inimigos. Ele adverte que devido ao homem ser constituído de forma semelhante a Deus, todo aquele que derrama o sangue do ser humano, que é o seu irmão, terá o seu sangue derramado da mesma forma.²

Baseado no Livro de Judite, Bossuet afirma que um dos traços de um conquistador injusto é não precisar de conselho: “a assembléia de seus conselheiros é apenas uma cerimônia para declarar de uma maneira mais solene o que já está resolvido”. O seu

* Mestre em História Social na Universidade Federal Fluminense e doutoranda em História Cultural na Universidade de Brasília

¹ Cf. BOSSUET, Jacques-Bénigne. *Politique tirée des propres paroles de l'Écriture Sainte*. Genève: Droz, 1967. (Edição crítica com introdução e notas de Jacques le Brun), p. 323.

² Cf. *ibid.*, pp. 323-324.

orgulho indomável é o seu único conselheiro. Ele não perdoa nenhum reino, não tem piedade de ninguém, quer que todos se submetam a ele.³

Os príncipes que empreendem pilhagens também são censurados por Bossuet. A pilhagem é o segundo injusto motivo de fazer a guerra, afirma ele. Respalhado no Livro do Gênesis e no profeta Isaías, Bossuet mostra que os reis que pilham serão pilhados da mesma forma por outros reis mais poderosos no momento em que pararem de pilhar.⁴

O quarto injusto motivo de fazer a guerra, segundo Bossuet, é quando o rei é atraído pela “glória das armas e a doçura da vitória”. No primeiro exemplo, Bossuet afirma que “não há nada de mais agradável que esta glória militar: ela decide freqüentemente de um único golpe as coisas humanas, e parece possuir uma espécie de onipotência, para forçar os acontecimentos: é porque ela tenta fortemente os reis da Terra. Mas se verá o quanto ela é vã”.⁵

Bossuet adverte que o rei nunca deve fazer a guerra contra um país se Deus não o houver ordenado. Baseado no Livro dos Provérbios ele dá o “segundo exemplo do mesmo motivo que faz ver quanto a tentação é perigosa”.⁶ Bossuet observa que “combate-se sempre com uma espécie de desvantagem, quando se faz a guerra sem motivo”. Aqueles que fazem a guerra por justo motivo têm do seu lado a justiça divina que é uma proteção natural, mas quando a guerra é feita sem necessidade, perde-se esta vantagem.⁷

A imagem de um príncipe moderado e pacífico, que empreende a guerra apenas para se defender, é apresentada ao príncipe por Bossuet. Ele recorre ao Segundo Livro dos Reis para mostrar que “os mais fortes são freqüentemente os mais discretos a tomar as armas”.⁸

Ao censurar as guerras de conquista, uma das preocupações de Bossuet era com a imagem de Luís XIV. Bossuet era o conselheiro espiritual do Grande Rei desde 1662, quando fora convidado por ele para pregar na corte, vindo a ser nomeado conselheiro de Estado em 1697. Apesar de essa nomeação ter sido relativamente tardia, desde muito antes, por meio de textos elaborados por ocasião de circunstâncias específicas, Bossuet vinha aconselhando Luís XIV a não fazer a guerra apenas por desejo de glória. Tudo indica, contudo, que o rei não lhe dava ouvidos, motivo de profunda preocupação.

³ Cf. BOSSUET, op. cit., p. 325.

⁴ Cf. *ibid.*, p. 327.

⁵ *ibid.*, p. 328.

⁶ *ibid.*, p. 329.

⁷ Cf. *ibid.*, pp. 329-330.

⁸ *ibid.*, p. 331.

Um elemento de grande relevância que aparece no pensamento de Bossuet, e que deve ser ressaltado, é a teoria ministerial do poder. Segundo a concepção cristã, no momento de sua sagração, o rei, por força da unção litúrgica, passa a ser considerado a imagem de Deus na Terra. A teoria ministerial tem origem longínqua; remonta ao início do cristianismo, com o apóstolo São Paulo. Como lembra Houx, “desde seu nascimento, o cristianismo reconheceu que todo poder pertence a Deus e d’Ele procede. São Paulo, na Epístola aos Romanos, escreveu: ‘não há autoridade que não seja de Deus, e todos os que a têm, é Deus quem a estabeleceu’”.⁹

Segundo a teoria ministerial do poder, o rei é visto como o representante de Deus na Terra, o seu lugar-tenente. Considera-se que a origem de sua autoridade está em Deus, e por isso deve submeter-se a Ele, o rei deve agir de acordo com Seus preceitos. Como constata Jean Barbey, “ministro de Deus, o rei não exerce o poder em seu interesse próprio, mas para pô-lo ao serviço de sua finalidade”.¹⁰ No livro décimo da *Politique*, também redigido em 1701, apoiado no Livro da Sabedoria, Bossuet recorda que “todo império deve ser olhado sob outro império superior e inevitável, que é o império de Deus”. Os reis são os ministros de Deus na Terra, recebem o poder d’Ele para agir corretamente, do contrário serão castigados com mais vigor do que o resto dos mortais.¹¹

Ao recorrer à teoria ministerial do poder, lembrando ao rei que ele é a imagem de Deus na Terra, Bossuet o está advertindo que ele deve agir de acordo com as leis cristãs, cultivando a piedade. Bossuet recorre a esta teoria objetivando moralizar a realeza. A piedade do príncipe é uma virtude extremamente valorizada pelo Bispo de Meaux. Juntamente com outras virtudes filantrópicas, a piedade é uma virtude que desde o século VI já fazia parte do extenso catálogo das virtudes a serem apresentadas pelos reis. Aliás, esta era uma das condições exigidas para ser considerado rei, aquele que rege direito. O rei que não possuísse essa virtude seria considerado um tirano, pois não regia com humanidade. De acordo com Jean-Paul Houx,

Piedade, grandeza, filantropia já são componentes do ideal imperial no século VI e vão acabar por invadir totalmente alguns séculos mais tarde. (...) Nicéphore Botaniade, em 1073, opõe o rei ao tirano apresentando o primeiro como um personagem humano, incapaz de ceder à cólera e de abusar de seu povo quando ele castiga. (...) Esse retrato do soberano não difere quase daquele traçado por Isidoro de Sevilha: ‘O rei é chamado desse nome por referência a agir direito (*rex*). Com efeito, se ele rege com piedade, justiça e misericórdia, é

⁹ HOUX, Jean-Paul. *Le roi. Mythes et symboles*. Paris: Fayard, 1997, p. 245.

¹⁰ BARBEY, Jean. *Être roi. Son gouvernement en France de Clovis a Louis XVI*. Paris: Fayard, 1992, p. 116.

¹¹ Cf. BOSSUET, op. cit., pp. 438-439.

por direito que ele seja chamado *rex*. Se lhe faltam essas qualidades, ele não é rei, mas tirano'.¹²

Em *O príncipe*, escrito em 1513, na cidade de Florença, Nicolau Maquiavel (1469-1527) rompeu com a tradição de pensamento político ocidental ao desvincular a ação política das esferas moral e religiosa. No século XVII, o meio eclesiástico empenhou-se em combater as idéias do autor florentino. Como Bossuet pertencia a este meio, esta luta fica bem evidente em suas obras políticas. Conforme constata Truchet, “com todo seu século ele foi levado a orientar sua reflexão em função de Maquiavel: sua obra política, como a de todos os teóricos de inspiração cristã desse tempo, é em larga medida um anti-Maquiavel”.¹³

De fato, a *Politique* de Bossuet é profundamente religiosa: os princípios teológicos ocupam nela um lugar de destaque. Como Maquiavel preocupou-se em libertar a ação política do príncipe da moral e da religião, para que ele alcançasse um melhor resultado, podemos definir o pensamento político de Bossuet como um anti-Maquiavel. Na dedicatória da *Politique* Bossuet escreveu, “Aos que crêem que a piedade é um enfraquecimento da política serão confundidos”.¹⁴

Em *A vida de Castruccio Castracani* Maquiavel mostra que aprender a arte da guerra é muito mais importante do que a religião.¹⁵ Nesta obra, Maquiavel constrói a imagem de um príncipe dissimulado, impiedoso e cruel, que é capaz de tudo para alcançar seus objetivos e assim aumentar a sua glória.¹⁶ Em contraposição, o Bispo de Meaux esforçou-se para formar no príncipe a característica da piedade. Ele insistia nesse ponto, já que o comportamento do príncipe servia de modelo aos súditos. Bossuet temia a Deus e aos castigos que Ele enviava aos reis violentos. Bossuet acreditava piamente na Sagrada Escritura, e nela estava escrito que os reis violentos e sanguinários pereceriam.¹⁷

Dentre as características da autoridade real, defendidas por Bossuet, encontrava-se a de que ela era absoluta. No entanto, Bossuet chamava a atenção do príncipe para o fato de que, apesar de não precisar dar satisfação a ninguém aqui na Terra sobre os seus atos, ele não possuía um poder arbitrário, já que devia submeter-se às leis religiosas e morais.

¹² HOUX, 1997, op. cit., p. 278.

¹³ Cf. TRUCHET, Jacques (Org.). *Politique de Bossuet*. Paris, Armand Colin, 1966. (Collection U), p. 16.

¹⁴ Cf. *ibid.*, p. 32.

¹⁵ Cf. MAQUIAVEL, Nicolau. *A arte da guerra. A vida de Castruccio Castracani. Belfagor, o Arquidiabo* Brasília: UnB, 1982, pp. 42, 56.

¹⁶ Cf. *ibid.*, pp. 39-54.

¹⁷ Cf. TRUCHET, op. cit., pp. 42-43.

Na época do preceptorado, na carta que Bossuet escreveu ao papa Clemente XI, em 1679, a respeito de como estava conduzindo a instrução do Delfim, ele dizia que estava se esforçando para que seu aluno compreendesse “que ‘toda a vida cristã e todos os deveres dos reis’ estavam contidos nos termos piedade, bondade e justiça”.¹⁸ Como preceptor do Delfim, a maior obrigação de Bossuet consistia em formar a consciência do príncipe. Neste sentido, ele empenhou-se em formar a consciência de um príncipe perfeito.¹⁹ Para Nourrison, ao invés de *Politique*, o título mais exato para essa obra seria *Le Prince*; já para o Padre Senault, a *Politique* deveria intitular-se *Le Monarche*, ou, quem sabe, *Les devoirs des souverains*.²⁰

Outro aspecto importante a ser destacado no pensamento de Bossuet é a classificação estabelecida por ele entre guerras justas e injustas. Na verdade, esta distinção foi feita anteriormente pelos juristas Hugo Grócio e Samuel Pufendorf. As terríveis recordações das guerras civis e conflitos internacionais ocorridos na primeira metade do século XVII estimularam os juristas, por sua vez reformadores racionalistas, a defender um direito dos povos para limitar as guerras futuras ou, pelo menos, abrandar as suas conseqüências. Lamentava-se o corte das relações diplomáticas nas guerras de religião. Havia uma grande preocupação em criar regras e regulamentos fixos visando “o bom funcionamento das relações diplomáticas”. Dessa forma, inúmeros tratados sobre a arte da diplomacia foram concebidos. Esta evolução foi influenciada pelas correntes filosóficas. Grócio (1585-1645), em seu *De jure belli ac pacis*, publicado em 1625, buscou provar matematicamente a existência de “uma lei comum a todas as nações”, a qual “conserva a sua validade tanto em tempo de paz como de guerra”. Assim como outros juristas, Grócio foi inspirado pela ânsia humanitária de acabar com aquilo que considerava ‘uma desordem furiosa’. Por meio de um raciocínio adequado, todos os juristas nutriam a esperança de concluir uma ‘lei das nações’, de origem natural, cujo destino seria dirigir “as nações dos Estados soberanos em suas relações mútuas”.²¹

Entre esses juristas, o mais célebre foi o alemão Pufendorf (1632-1694), em sua obra clássica *Da lei da natureza e das nações*, publicada em 1672. Foi, em parte, devido a esta obra, que se tornou um livro de consulta dos altos funcionários de governo, como dos intelectuais em geral, em toda a Europa, que, aos poucos, passou-se a aceitar um diálogo a

¹⁸ TRUCHET, op. cit., nota de rodapé, p. 40.

¹⁹ Cf. ibid.

²⁰ Cf. ibid.

²¹ Cf. HATTON, Ragnhild. *A época de Luís XIV*. Lisboa: Editorial Verbo, 1971, (Col. História ilustrada da Europa), p. 243.

respeito do direito internacional. A partir dessa obra, passou-se a considerar a soberania do Estado e que o seu governante deveria assumir a total responsabilidade por tudo aquilo que fosse praticado em seu nome. Passou-se a ser considerada como ‘justa’ somente a guerra defensiva. O Estado que encarasse uma guerra para se defender teria o direito de receber uma compensação do Estado agressor, a qual seria concebida sob a forma de uma *satisfactio*.²² Dentre os inúmeros exemplos da aplicação deste código temos o caso clássico de Luís XIV após a guerra contra a Holanda, 1672-1678. Segundo Hatton, “Luís XIV admite ter sido o agressor, quando em 1672 ataca os holandeses, que têm, portanto, direito a uma *satisfactio*; recebem-na quando, na conferência da paz, em 1678, é profundamente modificado o sistema tarifário francês de 1667, que muito os prejudicava”.²³

A guerra era um empreendimento altamente dispendioso para o Estado. A França tinha acabado de sair de uma guerra desgastante, que tinha levado suas finanças à ruína. Por meio de muito esforço por parte do atual ministro das finanças a situação financeira do país vinha se recuperando aos poucos. Contudo, Bossuet acreditava que a França ainda não tinha forças o suficiente para enfrentar outra grande guerra. Neste sentido, ele se esforçava para fazer com que Luís XIV compreendesse o quanto as guerras de conquista eram prejudiciais ao reino e ao rei da França. Além dos altos custos para mantê-las o rei deveria pagar uma *satisfactio* ao país invadido, assim que fosse provado que ele teria sido o agressor. Desta forma, para Bossuet, o rei somente poderia dispor dos recursos da nação para manter uma guerra justa, ou seja, uma guerra defensiva.

As guerras de conquista de Luís XIV despertaram críticas dos inimigos estrangeiros, principalmente durante ou logo após as guerras empreendidas contra eles. As críticas seguiam a mesma direção: geralmente criticava-se a ambição de suas conquistas e o seu desejo de ser o mestre da Europa. Em 1667, durante a Guerra da Devolução, em seu *Le bouclier d'État*, o embaixador do Imperador Leopoldo I, Franz Paul Lisola, criticou a ambição de Luís XIV de querer conquistar toda a Europa, mostrando que ele representava uma séria ameaça; se a Europa não quisesse se tornar escrava da França, devia se unir para lutar contra ela. Durante a Guerra da Holanda, em 1674, Johan Joachin Becher, também ligado ao Imperador, redigiu o *Machiavellus Gallicus*, cujas críticas a Luís XIV tinham o mesmo teor. Após a tomada de Estrasburgo, Leibniz também criticou a política expansionista de Luís XIV em seu panfleto *Mars Christianissimus*, dado a público em

²² Cf. HATTON, op. cit., pp. 243-244.

²³ *ibid.*, p. 244.

1683. Neste panfleto, discretamente, Leibniz criticou Luís XIV pela Guerra da Devolução; pelo derramamento de sangue de cristãos inocentes na Guerra da Holanda; responsabilizou-o por todos os atos violentos cometidos a partir daí contra os Países Baixos, a Alemanha, entre outros países da Europa; e a falta de razão da tomada de Estrasburgo, mostrando o absolutismo de Luís XIV como arbitrário. Luís XIV foi apontado por Leibniz como sendo o perturbador da paz na Europa, causando a miséria e a morte de milhares de cristãos nas guerras que ele empreendia apenas para saciar o seu desejo de glória.

A crítica de Bossuet aos príncipes que realizam pilhagens durante a guerra também deve ser ressaltada. Luís XIV deu início à Guerra da Liga de Augsburgo quando seu exército saqueou e devastou o Palatinado, a partir de setembro de 1688. Em 1693, ele percebeu que a guerra só terminaria mediante negociações. Mas, enquanto aguardavam a paz, os exércitos franceses empreenderam incêndios e pilhagens. De acordo com Pierre Goubert, em 1693 os exércitos franceses “assinalaram-se por suas pilhagens e o segundo incêndio de Heidelberg. (...) eles esperavam a paz, sempre avançando, recuando e pilhando, fora das fronteiras do reino”.²⁴

As invasões, incêndios, devastações e pilhagens feitas por Luís XIV durante a Guerra da Liga de Augsburgo foram muito criticadas por alguns panfletistas estrangeiros. Os inimigos de Luís XIV acusavam-no de transgredir o direito internacional. Nesta modalidade, a invasão do Palatinado foi o acontecimento mais criticado pelos inimigos, que mostravam tal ato de Luís XIV como sendo de uma crueldade maior que as cometidas pelos turcos. Sendo esta uma maneira de censurar a arbitrariedade do absolutismo. O título de um panfleto alemão resumia este ato de Luís XIV como a *Razão francesa de Estado*. Todas essas críticas vindas de inimigos estrangeiros ameaçavam o absolutismo do Grande Rei. Sendo assim, como defensor do absolutismo francês, Bossuet não mede esforços para mostrar a Luís XIV as desvantagens desse tipo de guerra e fazê-lo perceber que a moderação é a melhor maneira de conservar a paz, a ordem, a prosperidade e felicidade dos franceses, enfim, o poder centralizado em sua pessoa.

Ao criticar os reis impiedosos que faziam a guerra em busca de satisfação pessoal, realizando pilhagens, uma das preocupações de Bossuet era com as conseqüências da guerra para os homens. Aliás, a questão da piedade estava estreitamente ligada à da assistência, enfim, da justiça social. Este é o ponto em que a influência de São Vicente de Paulo se manifesta mais claramente na obra de Bossuet. Seus sermões de caridade, os

²⁴ GOUBERT, Pierre. *Louis XIV et vingt millions de français*. França: Pluried, 1970, p. 239.

apelos que fazia a Luís XIV do alto do púlpito ou por meio de cartas foram, sem dúvida, as mais pessoais, atraentes e corajosas de suas obras políticas. De acordo com Truchet,

Não era (...) somente a extrema miséria que lhe parecia intolerável, mas também a extrema riqueza; escandalizava-o a opulência, o luxo e a cupidez dos grandes, que ele denuncia sem cuidado. Aos motivos humanos – piedade para os pobres, indignação a respeito dos ‘maus ricos’ – acrescentam-se, mais determinantes ainda, os motivos sobrenaturais: a miséria e a grande riqueza são, de maneiras diversas, perigosas para a salvação. O ideal social de Bossuet reside no estabelecimento universal de uma comodidade racional e modesta; é preciso, declara ele, que a população seja, ‘um pouco para sua comodidade’. Em que ele reúne Horácio e seu *aurea mediocritas* assim como M. Vincent.²⁵

No século XVII, a França foi vítima de uma profunda miséria. As testemunhas contemporâneas são unânimes ao descrevê-la. A situação da maioria da população francesa desta época é comparável à da população dos ‘países em via de desenvolvimento’ de hoje. São Vicente de Paulo lutou contra a miséria em suas atividades de caridade aos pobres. Bossuet foi seu aluno e um de seus discípulos mais fervorosos, colaborando para com as obras vicentinas. Em 2 de agosto de 1702, em sua *Lettre au pape Clément XI*, Bossuet se manifesta a favor da beatificação de São Vicente de Paulo.²⁶ Aliás, é “esta luta contra a miséria que faz ainda hoje a popularidade de São Vicente de Paulo”.²⁷

No período em que Bossuet tornou-se padre e foi morar em Metz, 1652-1659, não lhe faltaram ocasiões para ver a miséria de perto, o que o levou a assumir funções municipais juntamente com as eclesiásticas: Bossuet era um integrante da Assembléia das Três Ordens, de que uma das metas era o combate contra a pobreza. A miséria já existente na França no século XVII aumentava espantosamente durante e após as guerras. Os sete anos em que Bossuet residiu em Metz foram uma época em que freqüentemente a Lorena era atravessada por todos os tipos de tropas. Neste período Bossuet sentiu os horrores da guerra. O exército de Condé queria saquear a cidade; diante disso, Bossuet sentiu-se no dever de negociar pessoalmente com ele para evitar tal catástrofe.²⁸

Neste tempo de extrema miséria, os predicadores, sobretudo os influenciados por São Vicente de Paulo, como Bossuet, utilizavam-se da pregação de caridade em prol das obras de beneficência, aproveitando-se destas ocasiões para condenar a extrema desigualdade social, censurando os ricos e sugerindo medidas em prol dos pobres. Além dessa pregação de caridade, Bossuet aproveitava-se de todas as ocasiões nos momentos

²⁵ TRUCHET, op. cit., pp. 47-48.

²⁶ Cf. *ibid.*, nota de rodapé, p. 18.

²⁷ *ibid.*, p. 19.

²⁸ Cf. *ibid.*, pp. 18-19.

em que pregava diante da alta sociedade, na corte, para condenar o luxo e apelar a favor das esmolas, como exemplo temos o seu *Sermon du mauvais riche*, pronunciado no Louvre. Em suas pregações, Bossuet sempre buscava mostrar aos ricos que o sofrimento dos pobres era algo insuportável.²⁹

Os camponeses, que constituíam a maioria da população francesa na época, estavam mais expostos às conseqüências das guerras, como devastações, incêndios e alojamento de tropas. Freqüentemente, as devastações das guerras eram piores que as próprias batalhas. Conforme ressalta Robert Mandrou,

Os soldados que devem viver no interior, alojam-se para inverno na casa dos habitantes, e perseguem homens e mulheres, incendeiam as colheitas e massacram o gado, são temíveis e ameaçadores durante muito tempo. Foi preciso as reformas de Louvois no recrutamento e no aquartelamento – longos decênios de adaptação para que essas imagens das ‘infelicidades da guerra’ cessassem de ser correntes durante o século XVIII. (...) a tradição dessas destruições não é desmentida. De outra parte, as cidades se encontram melhor protegidas que os descampados, pois elas estão protegidas por suas muralhas, capazes de resistir a alguns bandos, e aptas a negociar com alguns capitães; mas no campo, não tendo outro recurso que amontoar seus andrajos no baú e de empurrar crianças e gado diante de si até a floresta mais próxima, para melhor esperar o fim do perigo.³⁰

Segundo constata Hatton, a este respeito,

Durante os cercos (...) os civis sofrem tanto como os soldados, ou ainda mais, como conseqüência das privações resultantes desta forma de guerra. As devastações dos campos, por motivos estratégicos – destruição do Palatinado pelos franceses em 1689 (...) – causam, muitas vezes, mais do que a miséria às populações civis: privadas das casas e haveres caem nas garras de todas as epidemias.³¹

Os efeitos econômicos da Guerra da Liga de Augsburgo juntamente com a Grande Fome de 1693-94, decorrente das más colheitas que se arrastavam desde 1691, acarretaram a miséria extrema de grande parte dos franceses. Bossuet terá sido profundamente tocado pelo sofrimento do povo. No livro décimo da *Politique*, Bossuet recorda que, quando esteve na Terra, Jesus Cristo disse que aqueles que conseguissem se desapegar de suas riquezas alcançariam a salvação. A preocupação de Bossuet com os pobres fica bem evidente quando ele cita as palavras de Maria, referindo-se ao filho: “ele encheu de bens aqueles que tinham fome [aqueles que estão na penúria, na indigência], e ele tem mandado

²⁹ Cf. TRUCHET, op. cit., pp. 21-22.

³⁰ MANDROU, Robert. *La France aux XVII et XVIII siècles*. Paris: Presses Universitaires de France, 1970, p. 95.

³¹ HATTON, op. cit., pp. 11-12.

de volta os ricos com as mãos vazias”³². Por meio dessa afirmação, Bossuet tenciona estimular os ricos a darem esmolas.

A grande miséria dos franceses ocorrida durante a Guerra da Liga de Augsburg foi observada por intelectuais estrangeiros, como Leibniz e Locke. Conforme salienta Paul Hasard, Locke “comprova que os camponeses vivem em guaridas, apenas têm com que vestir-se, que comer: e tão miseráveis como são, o fisco encontra meios de extorquí-los”. Locke lamenta “A Grande Fome de 1694, a bancarrota: quantas misérias!”³³. Na França, ela foi descrita por homens de Estado, clérigos e pessoas privadas. La Bruyère, em *Caractères*, obra publicada em 1688, reeditada por nove vezes até 1699, assim como Fénelon, em sua célebre *Lettre à Louis XIV* de 1695 e mais tarde em *Les Aventures de Télémaque* de 1699, obra extremamente conhecida em toda a França da época, criticaram Luís XIV por destinar os recursos da nação para manter suas guerras de conquista enquanto seu povo passava fome. As críticas de Fénelon foram mais perigosas para o absolutismo, pois lançava mão da miséria da França para criticar a política do monarca. Fénelon era preceptor do neto de Luís XIV e estava influenciando os nobres pertencentes ao círculo que se formara em torno deste príncipe. O seu exílio na diocese de Cambrai, após a publicação de *Les aventures de Télémaque*, nos mostra que suas idéias representavam certa ameaça ao poder constituído. Bossuet tinha conhecimento dessas críticas internas à política belicosa de Luís XIV e devia recear que novamente a nobreza se unisse à burguesia e ao povo para fazer outra guerra civil contra o monarca. Aliás, quando ocorreu a Fronda, Bossuet morava em Paris e assistiu de perto os cinco anos de anarquia decorrentes dela. Os episódios da Fronda ficaram gravados em sua memória de tal forma que ele passou a repudiar qualquer forma de revolta dos súditos contra o soberano.

Para melhor compreendermos o pensamento político de um autor devemos atentar para a data em que a sua obra foi escrita, a quem ela se destina e quais as suas intenções. Devemos considerar as idiossincrasias do autor, como também levar em conta que ele está interagindo com os problemas de seu tempo. Por meio de sua obra, ele procurava responder os problemas que se apresentavam diante dele buscando resolvê-los e quem sabe intervir em algo que, em seu entendimento, está para acontecer. Precisamos levar em conta também que muitas vezes o tema elegido por nosso autor já foi objeto de reflexão de

³² BOSSUET, op. cit., pp. 446-447.

³³ HASARD, Paul. *La crisis de la conciencia europea (1680-1715)*. Madrid: Alianza Editorial, 1988, pp. 236-237.

pensadores anteriores, sendo assim, ele pode estar de alguma forma dialogando com a tradição.

Bossuet sempre foi muito modesto. Era comum, após o pronunciamento de seus trabalhos em público, recolher-se imediatamente, como uma forma de se refugiar dos aplausos. De acordo com Sainte-Beuve, sem dizer uma palavra sequer, a respeito do sucesso que tinha obtido, ele rendia “glória a Deus de seus dons e de suas misericórdias”. Ele não se orgulhava disso, pois “ele se considerava apenas como um órgão e um canal da palavra”. Devido a esta modéstia, Bossuet não pode ser considerado um homem de letras, “no sentido ordinário desse termo”, pois os homens de letras do século XVII, “um século sem calma, no seio de uma atmosfera aquecida, onde tudo excita e inflama”, se vangloriavam de seus talentos.³⁴

Apesar de desde muito jovem ter conhecido a fama, a sua moderação sempre foi mantida. Como observa Sainte-Beuve, “Bossuet não é um autor, é um bispo e um doutor”. Bossuet somente escrevia ou imprimia seus textos diante da necessidade pública, objetivando instruir ou refutar, e jamais com o desejo de obter o sucesso por meio de seus escritos. Desta forma, “se o motivo cessava, ele suprimia ou ao menos ele punha na gaveta seus escritos”.³⁵ Segundo o seu secretário Le Dieu, “não havia nada mais importante a seus olhos que a defesa da Igreja e da religião”.³⁶ Bossuet somente publicou algumas de suas obras por julgá-las úteis e jamais por vaidade literária.³⁷ De acordo com Le Dieu, inúmeras vezes Bossuet nos disse: “‘não compreendo como um homem de espírito tem a paciência de fazer um livro pelo único prazer de escrever...’ Esta foi sua conduta de somente escrever e imprimir por necessidade”.³⁸ Por esse motivo é que a maioria de seus escritos somente foi publicada após sua morte.³⁹

O livro nono da *Politique* foi concebido em 1701, após as inúmeras guerras de conquista de Luís XIV, a revogação do Edito de Nantes e a Guerra da Liga de Augsburg. Num período em que a política expansionista de Luís XIV vinha sendo muito criticada pelos inimigos estrangeiros assim como no interior do reino. Em que os protestantes

³⁴ Cf. SAINTE-BEUVE (Org.). “Bossuet”. In: _____. *Les grands écrivains français*. Paris: Librairie Garnier Frères, 1928, pp. 75-77.

³⁵ *ibid.*, p.76.

³⁶ LE DIEU, apud SAINTE-BEUVE, *op. cit.*, p. 76.

³⁷ Cf. CALVET, J. “Le XVII siècle. La littérature classique”. In: _____. *Manuel illustré d’histoire de la littérature française*. Vingtième édition. Paris: J. de Gigord Éditeur, 1952, p. 295.

³⁸ LE DIEU, apud CHARBONNEL, J.-Roger. (Org.). “Bossuet et son temps”. In: BOSSUET, Jacques-Bénigne. *Oraisons funèbres et sermons*. Paris: Classiques Larousse, 1942, p. 94.

³⁹ Cf. DUSSAULT. “Jugements sur Bossuet”. In: *Oraisons funèbres de Bossuet*. Paris: Librairie de Firmin Didot Frère, 1874, p. 27.

refugiados da França se uniram aos protestantes estrangeiros para minar o absolutismo de Luís XIV. A própria Guerra da Liga de Augsburgo foi uma consequência da união dos europeus contra ele. O livro nono da *Politique* foi redigido num momento entre guerras em que a França estava se refazendo economicamente e a questão da sucessão espanhola era o assunto do momento em toda a Europa. Apesar de ter aceitado o testamento de Carlos II e de ter reconhecido o neto como Filipe V, rei da Espanha, contrariando a cláusula do testamento que estabelecia que o seu neto que assumisse o trono da Espanha teria de renunciar ao trono francês, para impedir a união dos dois reinos, Luís XIV anunciou oficialmente que Filipe V continuava a ser herdeiro do trono francês, o que deixou os governantes europeus profundamente indignados com a sua arrogância. Além disso, contrariando o tratado de paz de Ryswick, de 1697, os exércitos de Luís XIV tinham invadido os Países Baixos e prendido as tropas holandesas que estavam ocupando as praças da Barreira, para forçar a República Holandesa a reconhecer o seu neto como soberano dos Países Baixos espanhóis; ato este que irritou os Estados Gerais, ainda mais por que o Grande Rei se recusou a dar satisfação aos holandeses. Tudo isso poderia desencadear outra guerra da Europa contra a França e Bossuet tenciona impedi-la a qualquer preço.

O *Bispo de Meaux* tinha inúmeros motivos para criticar as guerras de conquista de Luís XIV. Ele não se preocupava apenas com os franceses, mas com a humanidade de uma forma geral. Certamente, Bossuet se sensibilizou com o sofrimento dos habitantes do Palatinado e de Heidelberg quando das devastações e incêndios aí feitos durante a Guerra da Liga de Augsburgo pelas tropas francesas, por ordem de Luís XIV. Essa guerra significou nove anos de extrema miséria para grande parte dos franceses. Além disso, as consequências da política belicosa de Luís XIV, como incêndios, pilhagens, devastações e miséria, foram profundamente criticadas tanto na França como no estrangeiro. Tais críticas eram prejudiciais à sua imagem de *Rei Cristianíssimo* e, pior que isto, ao absolutismo, haja vista que os críticos mostravam-no como um regime arbitrário. Neste sentido, por ser o maior defensor do absolutismo francês no século XVII, Bossuet procurava defender a forma de governo que, em sua concepção, era a melhor forma de governo possível.

A *Águia de Meaux* procurou fazer isto por meio de lições de moral em Luís XIV, mostrando as desvantagens das guerras de conquista, aconselhando-o a não empreendê-las. Bossuet acreditava que, como ministros de Deus na Terra, os reis que não agissem de acordo com os preceitos de Deus atrairiam os Seus castigos não somente para eles, mas para todo o seu reino. Na mentalidade dos franceses do *Ancien Régime*, as catástrofes

ocorridas na natureza eram entendidas como sendo o castigo de Deus pelos desvios dos reis e do seu povo. Ao romper com o pensamento político ocidental, Maquiavel desprezou as virtudes religiosas, como a piedade e a prudência. Sendo assim, ao chamar a atenção de Luís XIV de que estas são as maiores virtudes religiosas a serem cultivadas pelos príncipes cristãos, Bossuet está dando continuidade à tradição cristã e se afastando das idéias do autor florentino, isto é, do pensamento político moderno.

Referências Bibliográficas

Fontes

BOSSUET, Jacques-Bénigne. *Politique tirée des propres paroles de l'Écriture Sainte*. Genève: Droz, 1967. (Edição crítica com introdução e notas de Jacques le Brun).

MAQUIAVEL, Nicolau. *A arte da guerra. A vida de Castruccio Castracani. Belfagor, o Arquidiabo* Brasília: UnB, 1982.

Bibliografia

BARBEY, Jean. *Être roi. Son gouvernement en France de Clovis a Louis XVI*. Paris: Fayard, 1992.

CALVET, J. “Le XVII siècle. La littérature classique”. In: _____. *Manuel illustré d'histoire de la littérature française*. Vingtième édition. Paris: J. de Gigord Éditeur, 1952.

CHARBONNEL, J.-Roger. (Org.). “Bossuet et son temps”. In: BOSSUET. *Oraisons funèbres et sermons*. Paris: Classiques Larousse, 1942.

DUSSAULT. “Jugements sur Bossuet”. In: *Oraisons funèbres de Bossuet*. Paris: Librairie de Firmin Didot Frère, 1874.

GOUBERT, Pierre. *Louis XIV et vingt millions de français*. França: Pluried, 1970.

HASARD, Paul. *La crisis de la conciencia europea (1680-1715)*. Madrid: Alianza Editorial, 1988.

HATTON, Ragnhild. *A época de Luís XIV*. Lisboa: Editorial Verbo, 1971, (Col. História ilustrada da Europa).

HOUX, Jean-Paul. *Le roi. Mythes et symboles*. Paris: Fayard, 1997.

MANDROU, Robert. *La France aux XVII et XVIII siècles*. Paris: Presses Universitaires de France, 1970.

SAINTE-BEUVE (Org.). “Bossuet”. In: _____. *Les grands écrivains français*. Paris: Librairie Garnier Frères, 1928.

TRUCHET, Jacques (Org.). *Politique de Bossuet*. Paris, Armand Colin, 1966. (Collection U).